

# the Milan Charter

Portuguese Version

## Carta de Milão

«A salvaguarda do futuro do planeta e do direito das gerações futuras, em todos os lugares, a uma vida saudável e gratificante é o grande desafio do desenvolvimento para o século XXI. É vital compreender as ligações entre a sustentabilidade ambiental e a equidade se quisermos expandir as liberdades humanas das gerações atuais e futuras.»

Relatório do Desenvolvimento Humano 2011

A tradução para as línguas alemã, coreana, hebraica, hindi, japonesa, neogrega, persa, polaca, portuguesa, romena, turca, vietnamita foi realizada pela Universidade Ca' Foscari de Veneza.

Nós, mulheres e homens, cidadãos deste planeta, subscrevemos este documento, denominado Carta de Milão, para assumirmos compromissos precisos em relação ao direito à alimentação, o qual julgamos que deve ser considerado um direito humano fundamental.

Consideramos de facto uma violação da dignidade humana a falta de acesso a alimentos saudáveis, água limpa e energia.

Acreditamos que só a nossa ação coletiva na qualidade de cidadãs e cidadãos, juntamente com a sociedade civil, com as empresas e as instituições locais, nacionais e internacionais, poderá permitir vencer os grandes desafios ligados à alimentação: combater a desnutrição, a malnutrição e o desperdício, promover um acesso justo aos recursos naturais, garantir uma gestão sustentável dos processos produtivos.

Ao subscrevermos esta Carta de Milão, afirmamos a responsabilidade da presente geração na efetivação de ações, condutas e escolhas que garantam a proteção do direito à alimentação também para as gerações futuras e comprometemo-nos a solicitar decisões políticas que permitam alcançar o objetivo fundamental de garantir um acesso justo à alimentação para todos.

Nós acreditamos que

- todos têm o direito de acesso a uma quantidade suficiente de alimentos seguros, saudáveis e nutritivos, que satisfaçam as necessidades alimentares das pessoas ao longo de toda a vida e permitam uma vida ativa;
- a alimentação nunca deve ser usada como instrumento de pressão política e econômica;
- os recursos do planeta devem ser geridos de modo justo, racional e eficiente para que não sejam explorados de forma excessiva e não beneficiem alguns em detrimento de outros;
- o acesso a fontes de energia limpa é um direito de todos, das gerações presentes e futuras;
- o investimento nos recursos naturais deve ser regulamentado, para garantir e preservar o acesso a esses recursos e a um uso sustentável dos mesmos por parte das populações locais;
- uma correta gestão dos recursos hídricos, ou seja, uma gestão que tenha em conta a relação entre a água, a comida e a energia é fundamental para garantir a todos o direito à alimentação.

Nós consideramos inaceitável que

- haja desigualdades injustificáveis nas possibilidades, nas capacidades e nas oportunidades entre indivíduos e povos;
- cerca de 800 milhões de pessoas sofram de fome crônica, mais de dois mil milhões de pessoas estejam malnutridas ou em todo o caso sofram de carência de vitaminas e sais minerais; quase dois mil milhões de pessoas tenham excesso de peso ou sofram de obesidade;
- 1,3 mil milhões de toneladas de alimentos produzidos para o consumo humano sejam desperdiçados ou se percam na fileira alimentar;
- mais de 5 milhões de hectares de floresta desapareçam cada ano com sérios prejuízos para a biodiversidade e para as populações locais, e com efeitos graves também no clima;
- os recursos do mar sejam explorados de forma excessiva: mais de 30% dos produtos da pesca destinados ao comércio são explorados para além da sua capacidade de regeneração;
- ainda não seja universalmente reconhecido o papel fundamental das mulheres, em particular na agricultura e em garantir aos filhos e às suas famílias uma nutrição adequada;
- os recursos naturais, incluindo a terra, possam ser utilizados em contraste com as necessidades e as expectativas das populações locais;
- continue a subsistir a pobreza energética, ou seja, a falta de acesso ou um acesso limitado a serviços energéticos e a instrumentos para cozinhar

eficientes, não demasiadamente caros, não poluentes e não prejudiciais para a saúde.

Estamos cientes de que

- um dos maiores desafios da humanidade é nutrir uma população em crescimento constante sem causar danos ao ambiente, a fim de preservar recursos também para as gerações futuras;
- a alimentação desempenha um papel importante na definição da identidade de cada pessoa e é uma das componentes culturais que conota um território e os seus habitantes;
- é possível favorecer melhores condições de acesso a alimentos saudáveis e suficientes nos contextos caracterizados por uma forte urbanização, mesmo através de processos inclusivos e participativos que se valham das novas tecnologias;
- uma correta educação alimentar é fundamental para um estilo de vida saudável e uma melhor qualidade de vida;
- o conhecimento e a prática dos modos de produção, tanto tradicionais como avançados, são essenciais para a eficiência dos sistemas agrícolas, desde a agricultura familiar até à industrial;
- os agricultores, os criadores de gado e os pescadores operam numa posição fundamental para a nossa nutrição; eles têm direitos e deveres iguais relativamente ao seu trabalho, quer como pequenos empresários quer como grandes empresas;
- estamos todos interconectados e somos todos responsáveis pela preservação da terra, pela proteção do território e do seu valor ambiental;
- o mar tem um valor fundamental para os equilíbrios do planeta e requer políticas supranacionais: um ecossistema marinho íntegro e saudável tem uma relevância crucial para o bem-estar coletivo, até porque a pesca dá emprego a milhões de pessoas e o peixe, para muitos, representa a única fonte de nutrientes de alta qualidade;
- a investigação científica é um instrumento essencial de desenvolvimento e integração entre inovação e tradição: as suas aplicações são preciosas para o progresso, no constante respeito do ambiente e da biodiversidade do planeta;
- para fazer frente aos desafios alimentares futuros de um modo sustentável, é indispensável adotar uma abordagem sistémica, atenta aos problemas sociais, culturais, económicos e ambientais.

Visto sabermos que somos responsáveis por deixar um mundo mais saudável, justo e sustentável às gerações futuras

na qualidade de cidadãos e cidadãs, nós comprometemo-nos a:

- cuidar e ter consciência da natureza dos alimentos com que nos nutrimos, informando-nos a respeito dos seus ingredientes e de como e onde são produzidos, a fim de realizar escolhas responsáveis;
- consumir apenas as quantidades de alimentos suficientes para as necessidades nutritivas, certificando-nos de que os mesmos não são consumidos antes que se estraguem, são oferecidos quando os houver em excesso e que são conservados de modo que não se deteriorem;
- evitar o desperdício de água em todas as atividades quotidianas, domésticas e produtivas;
- conhecer e proteger o ambiente através de comportamentos responsáveis e práticas virtuosas, tais como reciclar, regenerar e reutilizar os objetos de consumo;
- promover a educação alimentar e ambiental no âmbito familiar para um crescimento consciente das novas gerações;
- ser parte ativa na realização de um mundo sustentável, inclusive através de soluções inovadoras, fruto do nosso trabalho, da nossa criatividade e do engenho;

Enquanto membros da sociedade civil, nós comprometemo-nos a:

- fazer ouvir a nossa voz a todos os níveis decisórios, a fim de determinar projetos para um futuro mais sustentável;
- representar as instâncias da sociedade civil nos debates e nos processos de formação das políticas públicas;
- reforçar e integrar a rede internacional de projetos, ações e iniciativas que constituem um importante recurso coletivo;
- identificar e denunciar as principais criticidades nas várias legislações que disciplinam a doação dos alimentos que ficaram por vender para, em seguida, nos comprometermos ativamente na recuperação e redistribuição dos excedentes;
- promover instrumentos que defendam e suportem o rendimento de agricultores, criadores de gado e pescadores, potenciando os instrumentos de organização e cooperação, mesmo entre os pequenos produtores;
- valorizar a microeconomia como uma forma avançada do desenvolvimento e promover as relações diretas entre produtores, consumidores e territórios de origem, inclusive no âmbito da agricultura contemporânea;

Enquanto empresas, nós comprometemo-nos a:

- aplicar as normas em matéria ambiental e social e favorecer formas de emprego que respeitem os direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores;
- investir na investigação, promovendo uma maior partilha dos resultados e desenvolvendo-a no interesse da coletividade, sem contraposição entre o setor público e o privado;
- promover a diversificação das produções agrícolas e de criação de gado a fim de preservar a biodiversidade e o bem-estar dos animais;
- melhorar a produção, a conservação e a logística, de modo a evitar (ou eliminar) a contaminação e minimizar o desperdício, também da água, em todas as fases da fileira produtiva;
- produzir e comercializar alimentos saudáveis e seguros, informando os consumidores sobre os conteúdos nutricionais, ambientais e sociais do produto;
- promover inovações que informemos consumidores sobre os tempos de consumo compatíveis com a natureza, a qualidade e a modalidade de conservação dos alimentos;
- reconhecer o contributo positivo da cooperação e dos acordos estruturais na fileira, especialmente a alimentar, entre agricultores, produtores e distribuidores, para uma previsão mais eficaz da procura;
- contribuir para os objetivos do desenvolvimento sustentável tanto através da inovação dos processos, dos produtos e dos serviços como através da adoção e do cumprimento de códigos de responsabilidade social.

Assim, nós, mulheres e homens, cidadãos deste planeta, ao subscrevermos esta Carta de Milão, instamos governos, instituições e organizações internacionais para que se empenhem em:

- avaliar a introdução de medidas normativas para garantir e efetivar o direito à alimentação;
- formular e implementar regras e normas jurídicas concernentes aos alimentos e à segurança alimentar e ambiental que sejam compreensíveis e facilmente aplicáveis;
- reforçar a legislação em favor da proteção do solo agrícola, para regulamentar os investimentos nos recursos naturais, protegendo as populações locais;
- promover o tema da nutrição nos fóruns internacionais entre governos, assegurando uma atuação efetiva e concreta dos compromissos em âmbito nacional e uma coordenação também no âmbito das organizações internacionais especializadas;
- desenvolver um sistema de comércio internacional aberto, baseado em regras partilhadas e não discriminatório, capaz de eliminar as distorções que limitam a disponibilidade de alimentos, criando as condições para uma melhor segurança alimentar global;

- entender a alimentação como um património cultural e nesse sentido defendê-lo de contrafações e fraudes, protegê-lo de enganos e práticas comerciais incorretas, valorizar a sua origem e originalidade com processos normativos transparentes;
- combater e eliminar o trabalho que de menores quer irregular no setor agroalimentar;
- trabalhar na realização de uma estrutura supranacional que reúna as atividades de informação e análise dos crimes que interessam à fileira agroalimentar e que reforce a cooperação para combater os atos ilícitos;
- perspetivar boas práticas em políticas públicas e ajudas ao desenvolvimento que sejam coerentes com as necessidades locais, não emergenciais e orientadas para o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis;
- promover pactos globais relativamente às estratégias alimentares urbanas em relação à sustentabilidade e ao acesso a alimentos saudáveis e nutritivos, que envolvam as principais áreas metropolitanas do planeta;
- aumentar os recursos destinados à investigação, à transferência dos seus resultados, à formação e à comunicação;
- introduzir ou reforçar nas escolas os programas de educação alimentar física e ambiental, valorizando o conhecimento e o intercâmbio de culturas alimentares diferentes, a partir dos produtos típicos e locais;
- desenvolver medidas e políticas dos sistemas de saúde nacionais que promovam regimes alimentares saudáveis e sustentáveis e reduzam o desequilíbrio alimentar, com atenção prioritária às pessoas com necessidades especiais de nutrição, de correta hidratação e de higiene, em particular idosos, grávidas e crianças;
- promover um acesso equitativo à alimentação, à terra, ao crédito, à formação, à energia e às tecnologias, em especial para os pequenos produtores e para os grupos sociais mais desfavorecidos;
- criar instrumentos de apoio em favor das faixas mais carenciadas da população, inclusivamente através da coordenação entre os atores do setor da recuperação e da distribuição gratuita dos excedentes alimentares;
- incluir o problema dos desperdícios e das perdas alimentares e hídricas nas agendas internacional e nacional, através de investimentos públicos e privados em prol de sistemas produtivos mais eficazes;
- valorizar a biodiversidade tanto a nível local como global, também graças a indicadores que definam não só o seu valor biológico, mas também o seu valor económico;
- considerar a relação entre energia, água e alimentos de uma forma global e dinâmica, tendo em conta a sua conexão fundamental, de modo a poder gerir estes recursos no âmbito de uma perspetiva estratégica e de longo prazo.

Uma vez que acreditamos que um mundo sem fome é possível e é uma questão de dignidade humana, no Ano Europeu para o Desenvolvimento e por ocasião da Expo 2015 em Milão, nós comprometemo-nos a adotar as práticas expostas nesta Carta de Milão, coerentes com a estratégia que os Estados membros das Nações

Unidaselaboraram paraerradicar o problema da fomeaté 2030. Ao subscrevermos esta Carta de Milão,nós declaramos quedamos a nossa adesão concreta e ativaaos Objetivos para umDesenvolvimentoSustentávelpromovidos pelas Nações Unidas.

Um futuro sustentável e justotambém é da nossa responsabilidade.

ASSINATURAS